

Pré-publicação: A Audácia da Esperança, de Barack Obama P2

Primeiro aniversário da ocupação do Rivoli comemorado amanhã à noite com música

Aníbal Rodrigues

Artistas não vão deixar passar em branco a data em que protestaram contra a política cultural de Rui Rio

● Faz amanhã um ano que começou a ocupação das instalações do Teatro Municipal Rivoli, num protesto contra a política cultural do presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, que

viria a acabar pouco mais de três dias depois. A passagem de 12 meses sobre essa iniciativa, então apelidada de “Rivolição”, não ficará em claro e, amanhã, pelas 22h00, alguns dos intervenientes de há um ano vão comemorar a data, com a actuação da cantora Ana Deus e da Fanfara Colher de Sopa Criativa. Será também distribuída alguma informação ao público e o actor Daniel Pinto lerá o último acto da peça *Curto-Circuito*, que esteve em cena até essa primeira noite de contestação contra a polí-

tica cultural da Câmara do Porto.

A 15 de Outubro do ano passado, cerca de 40 manifestantes ocuparam o Teatro Rivoli. O protesto começou no dia 15 e estendeu-se por 79 horas, tendo terminado na madrugada do dia 19, no momento em que a PSP obrigou os 13 manifestantes que, sem água, electricidade ou alimentos, ainda resistiam a abandonar o teatro municipal. Entretanto, soube-se na passada terça-feira que a queixa-crime então apresentada pela Câmara do Porto contra esses 13 artistas foi

arquivada. Conforme noticiou o PÚBLICO, a juíza Isabel Ramos, do Tribunal de Instrução Criminal do Porto, considerou que os arguidos “estavam plenamente convencidos de que podiam permanecer nas instalações do teatro” e que apenas exerceram o seu direito de opinião contra a decisão da autarquia de concessionar o teatro municipal a privados.

O acórdão destaca ainda o carácter pacífico da ocupação e a inexistência de desactos que pudessem causar qualquer tipo de prejuízo ao Rivoli.

Barco que ardeu há sete anos na Póvoa foi desmantelado

Ângelo Teixeira Marques

● Ao fim de mais de sete anos enclalhada na carreira dos estaleiros Irmãos Viana, no interior do porto de pesca da Póvoa de Varzim, foi desmantelada a carcaça da embarcação *Ângelo & Melanie*, que ardeu na madrugada das festas de Nossa Senhora da Assunção de 2000, depois de um espectáculo pirotécnico ter alegadamente provocado o incêndio. O sócio do estaleiro, José Viana, contou ao PÚBLICO que o esqueleto da embarcação estava a dar guarida “a prostituição e à toxicodépendência”, o que “colocava em causa a saúde dos trabalhadores” das oficinas de construção e reparação de barcos.

José Viana afirma que comunicou à Capitania da Póvoa de Varzim a realização dos trabalhos de remoção da embarcação, mas só avançou depois de obter um conselho positivo do seu advogado. Além do mais, o empresário esgrime com a situação financeira negativa causada pela presença da carcaça que, há sete anos, ocupava o espaço na carreira correspondente a dois barcos. E, até agora, José Viana ainda não recebeu qualquer compensação por essa estadia e pelos trabalhos que já tinha realizado na embarcação antes do incêndio.

1,5 milhões de euros é quanto pede de indemnização o armador pela destruição do barco em 15 de Agosto de 2000

Há sete anos que o dono do barco, o algarvio António Teixeira, tenta, sem sucesso, ser indemnizado em “1,5 milhões de euros”. O Tribunal da Póvoa chegou a condenar o pirotécnico e o juiz da confraria (entretanto falecido) a penas (suspensas) de prisão entre os 18 e os dois anos de prisão, respectivamente, e ao pagamento de uma coima de mil euros devido aos crimes de incêndio negligente. Mas o mesmo tribunal entendeu que a parte cível deveria correr noutra acção, o que viria a ser confirmado pelo Tribunal da Relação do Porto. O armador só espera que alguém o indemnice, “seja o pirotécnico, a confraria, a câmara municipal, que autorizou as festas, ou até o Estado”, até porque a seguradora do seu barco se descartou de pagar uma indemnização, já que o Supremo entendeu que, na noite do fogo-de-artifício, tinha sucedido um caso análogo a “um acto de guerra”.

Cansado da espera, em 2004 o proprietário da embarcação pintou a frase “Museu das Festas de Nossa Senhora da Assunção” no lado do casco que era visível da concorrida marginal entre a Póvoa e Vila do Conde. Ontem, António Teixeira disse ao PÚBLICO que “não compreendia” a razão do desmantelamento do barco. E ironizou: “O único que deve ter ficado contente foi o presidente da Câmara da Póvoa, porque deixou de se ver aquela vergonha”.

Arboricultura Portugal quer congresso e campeonato em 2010



INFACETS/GEORGE MIEGEL/CONCALVES

● A Sociedade Portuguesa de Arboricultura (SPA), em colaboração com a Fundação de Serralves, quer organizar, em 2010, um congresso europeu de arboricultura e um campeonato europeu de escalada de árvores. A intenção foi anunciada ontem ao PÚBLICO por Paulo Moura, um dos organizadores do IV Campeonato de Escalada de Árvores, que ontem e anteontem animou a Fundação de Serralves.

Os treze concorrentes, entre os quais um italiano, um neozelandês, um espanhol e um português radicado na Suíça, tiveram que, inicialmente, superar cinco provas distintas. Um programa em tudo semelhante ao que se encontra no europeu e mundial da especialidade. Entre essas cinco etapas, os concorrentes tiveram que se deslocar na copa de uma árvore, resgatar um colega ferido, lançar uma espécie de “âncora” que fixa a corda por onde se sobe, ascender por uma corda utilizando os pés entrelaçados numa corda e escalada livre.

Os cinco melhores portugueses participaram depois no chamado *master*, que é uma sequência das anteriores provas, à excepção do resgate. O melhor ganhou uma participação no Europeu de escalada de árvores, que se realizará em Junho de 2008, em Turim, Itália. Cada país pode apresentar até três concorrentes, pelo que o segundo classificado de ontem poderá também ter um lugar no Europeu, caso se consiga reunir apoios financeiros suficientes para custear uma segunda participação.

Paulo Moura afirmou que esta iniciativa visou também divulgar a profissão de arboricultor, que, em Portugal, não está regulada e nem sequer dispõe de cursos de formação específicos. Outro dos problemas com que se deparam os cerca de 30 profissionais existentes no país é a chegada da idade em que deixam de poder desempenhar estas funções (cerca de 40 anos), sem que existam quaisquer apoios. Aníbal Rodrigues